

XIX encontro nacional
de pesquisa em
ENANCIB ciência da informação

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO. //

22-26
OUTUBRO
2018
LONDRINA/PR



XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018

GT-05 – Política e Economia da Informação

A BIBLIOTECA PÚBLICA E A PROMOÇÃO DA CULTURA E IDENTIDADE DE REMANESCENTES QUILOMBOLAS: o projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil ¹

Graciele dos Santos Ferreira (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Elisa Campos Machado (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

THE PUBLIC LIBRARY AND THE PROMOTION OF CULTURE AND IDENTITY OF REMAINING QUILOMBOLAS: the Project Reading Points African Ancestry in Brazil

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: O objetivo desta pesquisa é analisar as políticas culturais voltadas para a promoção da cultura de remanescentes de quilombos no âmbito das bibliotecas públicas no Brasil. Parte do pressuposto de que esse tipo de biblioteca tem um papel estratégico para o registro, preservação, valorização e promoção da cultura de comunidades quilombolas. Estabelece como objeto de estudo o Projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil e as diretrizes propostas pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). Adota por metodologia a pesquisa documental, a análise de conteúdo proposta por Bardin (c1977) e a análise de políticas públicas proposta por Secchi (2014). O levantamento bibliográfico apontou a ausência de estudos e reflexões acerca da temática da cultura quilombola no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Os resultados das análises realizadas a partir das diretrizes para acervos do SNBP para as bibliotecas públicas evidenciaram preocupação e estímulo para que as bibliotecas considerem a produção local, o registro da memória e a diversidade na constituição de seus acervos. Em relação ao Projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil, ficou evidente que trata-se de um projeto piloto, isolado que apesar do valor cultural e das contribuições, não conseguiu se firmar como uma ação contínua, se estabelecer e ser institucionalizado como política pública efetiva. Como resultado final são

¹ Parte da dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Biblioteconomia.

apresentadas diretrizes para estimular o registro, preservação, valorização e difusão da cultura quilombola em bibliotecas públicas.

Palavras-Chave: Biblioteca pública. Comunidades quilombolas. Memória. Políticas culturais. Ancestralidade africana.

Abstract: The objective of this research is to analyze the cultural policies aimed at promoting the culture of quilombos remnants in the scope of public libraries in Brazil. It assumes that this type of library has a strategic role for the registration, preservation, valorization and promotion of the culture of quilombola communities. It establishes as object of study the African Ancestral Reading Points Project in Brazil and the guidelines proposed by the National System of Public Libraries (SNBP). It adopts by methodology the documentary research, the analysis of content proposed by Bardin (c1977) and the analysis of public policies proposed by Secchi (2014). The bibliographical survey pointed to the absence of studies and reflections on the subject of culture quilombola e in the field of Librarianship and Science Information. The results of the analysis carried out from the guidelines for collections of the SNBP for the public libraries were able to identify that there is a concern and encouragement to the libraries to consider the local production, the memory register and the diversity in the constitution of their collections. In relation to the African Ancestral Reading Points Project in Brazil, it was evident that this is a pilot project, isolated that despite the cultural value and contributions, could not establish itself as a continuous action, establish itself and be institutionalized as a public policy Effective. At the end we present as final product of this investigation guidelines to stimulate the registration, preservation, valorization and diffusion of quilombola culture in public libraries.

Keywords: Quilombola communities. Memory. Cultural policies. African ancestry.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Fundação Cultural Palmares (FCP)², existem no Brasil 3.524 comunidades de remanescentes quilombolas. Por comunidades quilombolas são entendidos aqueles grupos com trajetória histórica própria, cuja origem se refere a diferentes situações, a exemplo de doações de terras realizadas a partir da desagregação e monoculturas; compra e terras pelos próprios sujeitos, com o fim do sistema escravista; terras obtidas na troca de prestação de serviços; ou áreas ocupadas no processo de resistência ao sistema escravista (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2015).

Estas comunidades vivem de modo artesanal, à maneira de seus ancestrais, e com a economia voltada à agricultura. Sua localização, distante dos grandes centros urbanos, e o seu forte vínculo com a cultura oral, são fatores que fazem com que essas comunidades sejam entendidas como lugares de memória se levarmos em conta a concepção adotada por Nora (1993). Memória essa que passa de geração a geração e que, reconhecida como parte da cultura brasileira, demanda ser registrada e difundida junto a sociedade.

² A FCP é um órgão do governo federal vinculado ao Ministério da Cultura (MinC).

Dentre os equipamentos culturais que tem a missão de preservar e difundir a memória e a cultura nacional encontra-se a biblioteca pública, aquela que, segundo o Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas de 1994, atende as diferentes necessidades de leitura e informação de todos os membros da comunidade, independentemente de raça, nacionalidade, idade, gênero, religião, língua, deficiência, condição econômica ou nível de escolaridade.

Dentro desse contexto, a presente pesquisa parte do pressuposto de que as bibliotecas públicas no Brasil são equipamentos culturais estratégicos para a valorização e promoção da cultura quilombola junto à sociedade contemporânea. No entanto, tendo em vista o histórico processo de exclusão no país, entendemos que para que esses equipamentos culturais cumpram a função de memória e difusão da cultura quilombola é importante o estabelecimento de políticas públicas nas diferentes esferas de governo, municipal, estadual e federal.

Segundo Arutti (2000?), as políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas possuem o objetivo de reconhecer esses sujeitos como parte da sociedade, no entanto, ainda hoje, é comum os membros de comunidades tradicionais serem tratados como diferentes e excluídos de serviços e lugares públicos. As políticas públicas são determinantes para mudar essa realidade.

No caso das bibliotecas públicas, além de acervos que contemplem uma literatura que respeite e valorize a diversidade étnica, é determinante que ofereçam também espaços e serviços que garantam a preservação e a difusão de materiais que tratem e registrem a memória de povos remanescentes de quilombolas. As pessoas que frequentam as bibliotecas precisam se sentir convidadas a conhecer a história e as tradições das comunidades quilombolas.

Mas será que a preocupação com a memória das comunidades quilombolas está presente nas ações desenvolvidas pelas instituições que formulam e trançam as políticas públicas de cultura voltadas para a qualificação dos serviços oferecidos por esse tipo de equipamento cultural? – Ou ainda: - Será que existem políticas culturais, que se configurem em legislação, programas ou projetos governamentais voltadas para a valorização e disseminação da cultura de comunidades de remanescentes quilombolas por meio das bibliotecas públicas no Brasil?

No ano de 2012 o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), órgão atualmente subordinado ao Ministério da Cultura (MinC), e responsável pela formulação das políticas culturais voltadas para as bibliotecas públicas no país, lançou e executou o Projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil em conjunto com a Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC), também vinculada ao MinC, e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). O projeto teve por objetivo principal valorizar a cultura de comunidade de remanescentes quilombolas e de terreiros, e fomentar espaços de leitura.

A proposta do SNBP, da SCDC e da SEPPIR era fazer desse projeto um piloto que pudesse, a partir de seus resultados, gerar subsídios para a elaboração de diretrizes para que as bibliotecas públicas incluíssem em seus espaços, ações e acervo, a cultura de comunidades quilombolas e de terreiro, ou seja, ao lançar esse projeto o governo federal reconheceu que não havia até aquele momento uma política pública de cultura voltada para a valorização da cultura quilombola em bibliotecas públicas.

A seguir apresentamos os objetivos desta pesquisa, a metodologia adotada para tratar o material bibliográfico recuperado, bem como a análise dos documentos produzidos dentro do Projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil, e por fim, uma proposta para o estabelecimento de diretrizes para a preservação da memória e valorização da cultura quilombola em bibliotecas públicas.

2 OBJETIVOS

A presente pesquisa teve por objetivo principal analisar as políticas culturais na esfera federal voltadas para a valorização da memória e cultura quilombola em bibliotecas públicas no Brasil e elegeu como objeto de estudo as diretrizes para formação e desenvolvimento de coleções para as bibliotecas públicas disponíveis no site do SNBP³ e o Projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil.

2.1 Objetivos específicos

- Compreender como a literatura da área vem tratando a questão da cultura quilombola e das bibliotecas públicas;

³ Endereço eletrônico: <http://snbp.culturadigital.br/>

- Identificar se nas políticas culturais voltadas para a biblioteca pública na esfera federal existem preocupações com a memória das comunidades quilombolas;
- Analisar as ações e estratégias propostas e realizadas pelo Projeto Pontos de Leitura da Ancestralidade Africana no Brasil;
- Propor diretrizes para que o governo federal implemente em suas políticas públicas de cultura, estratégias de valorização da cultura quilombola em bibliotecas públicas.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa proposta é classificada como aplicada, pois, tem como objetivo gerar conhecimento de aplicação prática voltado à solução de problemas específicos, o que se apresenta como um dos objetivos do mestrado profissional. Trabalha com técnicas de análise e interpretação de dados e, por não lançar mão de métodos e técnicas estatísticas, a pesquisa enquadra-se na abordagem qualitativa. Segundo Silva e Menezes (2005) a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

Sob o ponto de vista dos seus objetivos a pesquisa se caracteriza como exploratória, pois levou em conta o estado da técnica a respeito da temática a ser desenvolvida e, em relação aos procedimentos técnicos, a opção foi pelo levantamento bibliográfico e pesquisa documental.

Tendo em vista a especificidade do tema além do levantamento bibliográfico realizado nas bases de dados da área, é importante registrar que foi necessário lançar mão de outras fontes de informação, tais como nos sites de movimentos sociais e de entidades que atuam na defesa e valorização da cultura africana no país, a saber: “A Cor da Cultura⁴”, “Geledés⁵”, “Fundação Cultural Palmares⁶”, “Parque Memorial Quilombo dos Palmares⁷”, “Ministério da Cultura⁸”, “SEPPIR⁹”, dentre outros.

Para o levantamento de dados acerca de evidências da preocupação com o tema na formulação das políticas públicas, inicialmente foi previsto a realização de uma pesquisa empírica por meio de entrevistas junto aos agentes responsáveis pela formulação das

⁴ Endereço eletrônico: <http://www.acordacultura.org.br/oprojeto>

⁵ Endereço eletrônico: <http://www.geledes.org.br/>

⁶ Endereço eletrônico: <http://www.palmares.gov.br/>

⁷ Endereço eletrônico: <http://serradabarriga.palmares.gov.br/>

⁸ Endereço eletrônico: <http://www.cultura.gov.br/>

⁹ Endereço eletrônico: <http://www.seppir.gov.br/>

políticas culturais voltadas para as bibliotecas públicas no cenário nacional, especificamente o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), a Fundação Cultural Palmares (FCP) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Para tanto foram desenvolvidos roteiros com o objetivo de estruturar as entrevistas e definido a forma de sistematização das informações levantadas nas entrevistas. No entanto, no dia 12 de maio de 2016 a presidenta Dilma Rousseff foi afastada do cargo por decisão do Senado, dentro de um processo de *impeachment* que foi instaurado no país, e o governo provisório que se estabeleceu, deu início a uma série de mudanças que impactam sobremaneira as áreas da Cultura, Educação, Ciência & Tecnologia e, especialmente, os órgãos que atuavam na garantia e defesa dos direitos das minorias no país. Nessa linha foi extinto o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos e a SEPPIR passa a partir de então a ser vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania. O MinC, por sua vez foi extinto e transformado em Secretaria vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Medida Provisória 726, de 12 de maio, e recriado 11 dias depois, por da Medida Provisória no. 728, de 23 de maio de 2016.

Tais mudanças impactaram diretamente no objeto dessa pesquisa demandando o redimensionamento da metodologia inicial, e justificam a ausência da pesquisa empírica para este estudo. Dentro de um cenário de instabilidade optamos por focar a pesquisa na análise documental das diretrizes para as bibliotecas públicas disponíveis no site do SNBP e especificamente no Projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil.

A análise das diretrizes foi realizada a partir do método de análise documental, ou seja, a partir de materiais que não receberam tratamento analítico.

A pesquisa documental levou em consideração os documentos disponibilizados e caracterizados como diretrizes do SNBP para as bibliotecas públicas no país, bem como os documentos produzidos dentro do Projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil, com o recorte para as comunidades quilombolas, visto que o projeto desenvolveu trabalhos também com comunidades de terreiros.

Todos os documentos analisados são de acesso público e estavam disponíveis durante o período de levantamento de dados, de 10 de julho de 2016 a 29 de julho de 2016, no site do SNBP, assim como no site específico do Projeto em questão:

- Diretrizes do SNBP: <http://snbp.culturadigital.br/diretrizes/>

- Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil, informes sobre o projeto disponível no site do SNBP: <http://snbp.culturadigital.br/projetos/pontos-de-leitura-ancestralidade-africana-no-brasil/>
- Ancestralidade Africana no Brasil: memória dos pontos de leitura, site do projeto: <http://ancestralidadeafricana.org.br/>

Com base nos documentos levantados demos início a técnica de análise de conteúdo.

Vale lembrar que para Bardin (c1977, p.42) a análise de conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Nessa pesquisa optamos pelo estabelecimento das categorias após o levantamento do material. Para Bardin (c1977, p. 119) a categorização pode empregar dois processos inversos, ou seja,

- O sistema de categorias é definido, previamente, e dividem-se da melhor maneira possível os elementos, à medida que vão sendo encontrados;
- O sistema de categorias não é fornecido antes, somente após a análise do material.

A partir dos resultados da análise documental e da interpretação, à luz das reflexões que embasaram essa pesquisa, foram evidenciados e arrolados uma série pontos que sistematizados contribuíram para a elaboração do produto final dessa pesquisa.

Em relação ao Projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil, identificado na fase de pré-análise, ou seja, na fase de organização do material a ser explorado conforme Bardin (c1977), a análise foi realizada a partir da metodologia proposta por Secchi (2014) levando em consideração as seguintes categorias: tipo, nível e atores envolvidos na política pública.

4 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ACERVOS EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Para proceder a análise das diretrizes estabelecidas pelo SNBP para formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas públicas no país, foram definidas três categorias de análise, com as respectivas unidades de registro, a saber: - literatura/produção

local; - memória/registro; - formação de acervo/diversidade, conforme apresentado no quadro 01.

QUADRO 1: Análise Documental das Diretrizes para os acervos de Bibliotecas Públicas

CATEGORIA	UNIDADES DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO
Literatura	Produção local	<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade: dotar o acervo das contribuições mais significativas nas diversas áreas do conhecimento e do pensamento, bem como dos autores mais representativos no campo das ideias e da <u>literatura local</u>, nacional e estrangeira; - Literatura: romances, poesias, contos, crônicas e outros gêneros literários; é importante contemplar a <u>produção literária local</u>, estadual e/ou regional;
Memória	Registro	<ul style="list-style-type: none"> - <u>Histórico-documental</u>: materiais relativos à memória sociocultural e histórico-documental local;
Formação do acervo	Diversidade	<ul style="list-style-type: none"> - Pluralidade: <u>respeitar a bibliodiversidade</u>, a variedade e a <u>multiplicidade das fontes de informação</u>, não devendo a instituição impor quaisquer restrições de natureza ideológica, filosófica ou religiosa, nem adotar um discurso único, para a formação do acervo”.

Fonte: Ferreira (2016, p. 55)

Os resultados dessa análise nos levaram a perceber a preocupação por parte do SNBP em fomentar a constituição de um acervo que represente o multiculturalismo brasileiro, respeitando assim, a diversidade e várias formas de representação cultural existentes no Brasil. Foi possível perceber também a intenção do Sistema em fazer da biblioteca pública um espaço de manifestação cultural a partir da valorização da produção local, além de fomentar a biblioteca pública como um espaço de preservação de memória e do patrimônio cultural, artístico e literário como Silveira e Reis (2011) propõe em seu artigo “Biblioteca pública como lugar de práticas culturais”.

A diretriz de acervo é um exemplo da preocupação do SNBP em fornecer a comunidade um espaço que atenda às necessidades informacionais, culturais, educacionais e de lazer da comunidade. Entretanto, é importante reconhecer também que a instituição trata essa questão de maneira geral. Não especifica questões relativas a grupos sociais caracterizados como minorias, como é o caso das comunidades quilombolas, ou outros povos tradicionais como os indígenas, ciganos, entre outros.

O Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas de 1994 diz que a biblioteca pública por meio do acervo deve garantir igualdade de acesso, além de disponibilizar acesso ao patrimônio cultural da sociedade e promover experiências culturais diversas. Se a cultura quilombola está representada na oralidade e a biblioteca pública é local de promoção cultural, é preciso criar estratégias para incluir as narrativas orais, que são constituídas de informação, nas coleções das bibliotecas públicas, assim como para ampliar a atenção dos bibliotecários sobre as questões que envolvem a valorização, acesso e difusão da cultura quilombola no Brasil.

Baseado na análise documental das “Diretrizes para construção de acervos em bibliotecas públicas” do SNBP, a partir das categorias e unidades de registro selecionadas é possível dizer que a mesma estimula a produção local e o registro da memória, e a constituição de acervos diversificados. No entanto, há de se verificar se a realidade editorial do país dá conta de atender a essa demanda de maneira a possibilitar a implementação das diretrizes propostas pelo SNBP. O conceito de bibliodiversidade cunhado no meio editorial, defende as diversidades culturais, étnicas, raciais e de gênero na produção editorial e está intimamente ligado a essa questão. Especificamente no recorte de raça, cabe destaque ao diagnóstico da realidade sociocultural do setor do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil, organizado por Silva (2014), que aponta avanços em termos de políticas públicas desencadeadas nos últimos anos para o setor, mas também a necessidade de continuidade e investimento nessas políticas para garantir a presença de uma literatura identitária com espaço e valorização da cultura negra.

5 PROJETO PONTOS DE LEITURA ANCESTRALIDADE AFRICANA NO BRASIL

Como já mencionado anteriormente o projeto foi idealizado como uma ação transversal dentro do MinC, liderada pela FBN, por meio do SNBP, em parceria com a SCDC do MinC e a SEPPIR. Vale esclarecer, que a época de sua idealização e durante parte de sua execução o SNBP¹⁰ era subordinado a FBN.

¹⁰ Até o ano de 2014 o SNBP era subordinado a FBN. A partir do Decreto nº. 8297, de 15 de agosto de 2014, foi transferido, juntamente com a DILLB, para Brasília, sendo incorporado, naquele momento, à Secretaria Executiva (SE) do Ministério da Cultura (MinC).

Para viabilizar sua execução a FBN¹¹, lançou o Edital de Chamada Pública¹² n° 08/2011, com o objetivo de selecionar projetos de entidades privadas sem fins lucrativos que tivessem como foco a criação de 10 pontos de leituras em comunidades tradicionais afro-brasileiras, quilombolas e de terreiros e também criar uma metodologia para o registro da memória dessas comunidades. O projeto selecionado foi apresentado pelo Instituto de Políticas Relacionais¹³ (IPR), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Segundo dados obtidos nos registros documentais foi possível identificar que a execução se deu da seguinte forma:

- Seleção das 10 comunidades a fazer parte projeto, indicação da lista de 300 obras na temática da cultura negra, além do financiamento de R\$ 200.000,00 para aquisição do acervo temático – SEPPIR;
- Aquisição das 300 obras selecionadas pela SEPPIR, acrescidas de mais 650 obras que faziam parte do acervo destinado aos Pontos de Leitura capitaneados pelo SNBP e distribuição do acervo, mobiliário e equipamentos – SNBP¹⁴;
- Responsável pelo repasse do recurso de R\$ 300.000,00 para a FBN efetivar a contratação da entidade executora – SCDC
- Seleção da entidade executora e acompanhamento do projeto – SNBP e SEPPIR;
- Registro da memória e formação das comunidades na mediação de leitura – IPR;
- Relatórios de execução e prestação de contas – IPR;
- Acompanhamento e análises do convênio para fins de encerramento e finalização dos trabalhos e prestação de contas - SNBP

Cabe destaque para as comunidades quilombolas que fizeram parte do projeto: - Quilombo Mesquita¹⁵, Luziânia, Goiás; - Comunidade Negras Rurais de Castro¹⁶, Castro,

¹¹ A FBN é uma entidade vinculada ao MinC e caracterizada como uma das suas unidades orçamentária. Portanto, todos os recursos do SNBP eram geridos pela FBN.

¹² O Edital de Chamada Pública tem por objetivo dar ampla divulgação e assegurar a publicidade dos atos da administração pública, da contratação de obras e/ou serviços. Utiliza-se deste instrumento para os casos em que é dispensada a licitação, conforme o art. 24 da Lei 8.666 de 1993. Pode-se convocar por meio do Edital de Chamada Pública instituições privadas, sem fins lucrativos, instituições de ensino, Fundações e entes públicos.

¹³ Endereço Eletrônico: <http://www.relacionais.org.br/>

¹⁴ Assim como o acervo básico de literatura, o mobiliário e os equipamentos distribuídos faziam parte do conjunto de materiais que compunham os pontos de leitura apoiados pelo MinC.

¹⁵ Endereço eletrônico: http://ancestralidadeafricana.org.br/?page_id=132

¹⁶ Endereço eletrônico: http://ancestralidadeafricana.org.br/?page_id=138

Paraná; - Quilombo Curiaú¹⁷, Macapá, Amapá; - Quilombo de Macuco¹⁸, Minas Novas, Minas Gerais.

O projeto teve início em abril de 2012 e a metodologia e as técnicas e instrumentos adotados pelo IPR estão descritos no livro “Ancestralidade africana no Brasil: memória dos pontos de leitura”, publicado em 2014, e os relatos completos disponíveis no site criado pelo projeto - www.ancestralidadeafricana.org.br

Durante a análise da documentação do projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil entendemos que era importante conhecer a dimensão e a intencionalidade deste projeto, no cenário das políticas culturais no âmbito das bibliotecas públicas e da cultura quilombola, à luz da metodologia proposta por Secchi (2014), desse modo, ao analisar a documentação estabelecemos categorias e subcategorias conforme apresentado a seguir.

A primeira categoria com o termo **nível** e as subcategorias **estruturante**, **intermediária** e **operacional**. Nesse caso procurou-se identificar o nível estratégico do projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil. A categoria **tipo**, tendo como unidades de registro os termos **distributiva**, **regulatória** e **redistributivo**. Neste contexto procuramos analisar o conteúdo descrito no projeto a fim de classificá-lo. Já a categoria **atores políticos** teve como subcategorias **atores governamentais** e **atores não governamentais**, tendo como objetivo conhecer os atores responsáveis pelas políticas culturais no âmbito das bibliotecas públicas e da cultura quilombola. Para cada uma das categorias e subcategorias foram identificadas as unidades de contexto e realizadas as análises do Edital de Chamada Pública nº 8, de novembro de 2011 – FBN e o Projeto Básico, e os resultados apresentados no quadro 2 a seguir:

QUADRO 2: Análise do Edital de Chamada Pública Nº8/2011 – FBN/ Projeto Básico

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	UNIDADE DE CONTEXTO
Tipo	Distributivo, Regulatória, Redistributiva	- <u>Seleção pública</u> de propostas para projetos referentes a ações do <u>programa identidade e diversidade cultural - Brasil plural</u> na ação de <u>divulgação e fortalecimento das culturas populares na área da diversidade cultural</u> .

¹⁷ Endereço eletrônico: http://ancestralidadeafricana.org.br/?page_id=121

¹⁸ Endereço eletrônico: http://ancestralidadeafricana.org.br/?page_id=134

		<p>- [...], <u>registro e publicação dos documentos produzidos a partir da memória das comunidades tradicionais afro-brasileiras, quilombolas e de terreiros</u> que fazem parte do projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil, os quais deverão se constituir como pólos iniciais para a constituição de uma rede de leitura e informação sobre cultura afro-brasileira.</p>
Nível	Estruturante, Intermediário, Operacional	<p>- Constitui objeto do presente <u>edital selecionar projetos que visam o resgate, registro e publicação dos documentos produzidos a partir da memória de 10 comunidades tradicionais afro-brasileiras, quilombolas e de terreiros</u>, as quais fazem parte do projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil, e que deverão se constituir como pólos iniciais para a formação de uma rede de leitura e informação sobre cultura afro-brasileira.</p> <p>- <u>Esta ação está voltada para a promoção, preservação e divulgação da história da cultura africana e afro-brasileira contribui para a implementação da lei 10.639/03</u>, que determina a inclusão desses conteúdos nos currículos escolares, bem como para o combate ao racismo e para promoção de um pluralismo cultural compatível com a diversidade étnico-racial do país.</p>
Atores	Governamentais, Não Governamentais	<p>- Poderão participar da presente seleção <u>órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal</u>, bem como as <u>instituições privadas sem fins lucrativos</u> cuja finalidade se relacione diretamente às características dos programas e ações aos quais concorrerão.</p> <p>- A <u>Fundação Biblioteca Nacional - FBN</u> torna público o Edital de seleção [...].</p> <p>- [...] <u>10 comunidades tradicionais afro-brasileiras, quilombolas e de terreiros</u> [...].</p> <p>- [...] <u>Comissão de Avaliação</u> composta para esse fim, a ser designada através de Decisão Executiva da Presidência da FBN.</p> <p>- <u>É importante ressaltar que estão envolvidos nesta ação</u> o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, da Fundação Biblioteca Nacional (<u>SNBP/FBN</u>), a Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural (<u>SCDC</u>) e a Fundação Cultural Palmares, todas vinculadas ao Ministério da Cultura (MinC) e, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (<u>SEPPIR</u>).</p>

Fonte: Ferreira (2016, p.58)

A partir desses resultados é possível inferir que a ação proposta pode ser caracterizada como do tipo redistributiva, pois de acordo com Secchi (2014) nas políticas redistributivas os benefícios são concentrados a algumas categorias de atores e os custos implicam sobre outras categorias de atores. Cabe lembrar que as questões que envolvem a identidade, valorização e difusão da cultura negra e especialmente da cultura quilombola estava presente na agenda política do governo à época, nesse sentido, o lançamento do Edital e a execução desse projeto evidencia que o SNBP estava buscando soluções para um problema identificado.

É possível reconhecer essa ação como de nível operacional, pois juntamente com outras ações poderiam se consolidar em uma política estruturante para as bibliotecas públicas brasileiras. No entanto, isoladamente ela não representa mudança efetiva ou solução para o problema identificado. Importante destacar que o projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil teve a intenção de contribuir para a implementação da Lei nº 10.639 de janeiro de 2003, a qual é caracterizada como uma política estruturante, visto que estabelece as diretrizes para inclusão da temática de história e cultura afro-brasileira nos currículos das redes educacionais de ensino.

Trata-se de uma ação que envolveu atores governamentais, aqueles designados politicamente, tais como a Coordenação Geral do SNBP, a Diretoria da SEPPIR entre outras, burocratas (servidores públicos que atuavam nos órgão de governo envolvidos no projeto) e juízes (procuradores e auditores que validaram e acompanharam a realização do edital e do convênio), assim como atores não governamentais que envolve uma organização do terceiro setor, o IPR, e os atores que compõe as 4 comunidades quilombolas. Segundo Secchi (2014) as comunidades são os indivíduos ou grupos para os quais a política pública foi elaborada, são os destinatários das políticas públicas.

O fato dessa ação se configurar como um projeto interministerial de alta complexidade, já que envolvia o MinC e a SEPPIR, assim como grupos específicos reconhecidos como minorias é possível identificar indícios de que a tomada de decisão para a construção de projeto enquadra-se no modelo incremental, considerado por Lindblm (1959, apud SECCHI, 2014) como o mais comum. Os registros documentais indicam que o projeto foi um acordo institucional com vistas a construir um caminho para a solução de um problema público.

A partir da análise do Edital de Chamada Pública nº 8, de novembro de 2011 – FBN, do Projeto Básico e dos documentos que estão disponíveis para consulta pública acerca do processo de execução e acompanhamento do projeto foi possível concluir que o SNBP ao lançar o Projeto Básico e o Edital tinha como objetivo a construção de uma política pública, no entanto, o projeto foi encerrado e não houve continuidade.

Segundo Secchi (2014, p. 67) os motivos que levam a extinção de uma política pública são:

1. o problema que originou a política é percebido como resolvido;
2. os programas, as leis ou as ações que ativavam a política são percebidos como ineficazes;
3. o problema, embora não resolvido, perdeu progressivamente importância e saiu das agendas políticas e formais.

Os documentos recuperados não informam quais foram os motivos para a não continuidade dessa ação. É possível inferir que sendo um projeto piloto o mesmo não teve tempo suficiente para consolidação e institucionalização.

6 DIRETRIZES PARA VALORIZAÇÃO DA CULTURA QUILOMBOLA EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Esta seção apresenta o produto desta investigação que se traduz em princípios e diretrizes para elaboração de políticas públicas culturais, na esfera federal, de valorização da cultura quilombola por meio das bibliotecas públicas.

Como já foi mencionado anteriormente, o SNBP é o do órgão governo federal, responsável pela formulação das políticas culturais voltadas para as bibliotecas públicas no país, o que significa que o mesmo possui dentre suas atribuições, estabelecer diretrizes para a constituição e manutenção dos espaços, acervos e serviços oferecidos por esse tipo de equipamento cultural. Entretanto, por meio dessa pesquisa foi possível identificar a ausência de princípios e diretrizes para as bibliotecas públicas brasileiras promoverem a cultura de minoria, tal como da cultura quilombola. Por princípios entendemos:

- fortalecimento do SNBP junto ao MinC e junto a sociedade civil, com vistas a favorecer a formulação e execução das políticas de cultura de qualidade que integrem e valorizem as culturas de grupos minoritários e especificamente, a cultura quilombola;
- integração das ações voltadas para a cultura quilombola em bibliotecas públicas do SNBP às metas do Plano Nacional de Cultura;

- estímulo ao estreitamento das relações e trabalho entre os diferentes atores governamentais, tal como o SNBP e as outras instituições do governo federal que atuam junto às comunidades quilombolas, afro e afro-brasileiras, tal como a FCP e a SEPPIR;
- estabelecimento de uma sistemática de trabalho conjunto, ampliando o diálogo, entre os diferentes atores governamentais e não governamentais, ou seja, ouvir as demandas das comunidades quilombolas acerca das necessidades do acesso à informação e ao conhecimento;
- estabelecimento de um trabalho contínuo junto ao legislativo com vista a incluir na agenda política questões de valorização e difusão da cultura quilombola mediante a biblioteca pública, reafirmando esta entidade como um equipamento público cultural e acima de tudo social;
- estabelecimento de ações e projetos, tais como o Projeto de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil, que tenham continuidade e que seus resultados possam se configurar efetivamente em políticas públicas culturais voltados para a valorização da cultura quilombola em bibliotecas públicas.

A partir desses princípios acreditamos que as diretrizes para a valorização da cultura quilombola em bibliotecas públicas devem:

- fortalecer a produção editorial de autores negros e da temática da cultura quilombola no Brasil;
- estimular o registro da memória de comunidades quilombolas e a publicação desses documentos com vistas a sua efetiva difusão;
- difundir, por meio da biblioteca pública, programas e ações de incentivo a inclusão e ampliação da participação de autores e produtores negros junto ao mercado editorial, com o intuito de divulgar, valorizar e apoiar a cultura dos afro-brasileiros, na forma de livro, seja impresso ou digital;
- dar ênfase a constituição de acervos diversificados e coleções com conteúdos que valorizem a cultura quilombola, negra e afro-brasileira;
- estimular o registro da memória de comunidades quilombolas e a publicação desses documentos com vistas a sua efetiva difusão;

- articular iniciativas de aproximação de bibliotecas públicas com comunidades quilombolas (urbanas ou não) com vistas ao estabelecimento de serviços específicos para atender as demandas de informação e leitura dessa população;
- promover ações educativas de multiculturalismo e educação de minorias na biblioteca pública, seja para os funcionários da biblioteca, seja para os usuários;
- identificar ações isoladas de educação das relações raciais positivas e estimular que as mesmas sejam replicadas nas bibliotecas públicas do país;
- estimular à promoção de ações culturais com o propósito de disseminar a cultura quilombola, e discutir com os principais atores locais as ações e programas realizados para à promoção cultural deste grupo social;

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa parte do seguinte questionamento: - existem políticas culturais, que se configurem em legislação, programas ou projetos governamentais voltadas para a valorização e disseminação da cultura de comunidades de remanescentes quilombolas por meio das Bibliotecas Públicas no Brasil?

O primeiro passo para responder essa questão foi a realização de um levantamento bibliográfico no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Este levantamento apontou a ausência de estudos e reflexões acerca da temática da cultura quilombola no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Os passos seguintes foram realizados a partir da análise documental das diretrizes propostas para a formação e desenvolvimento de acervos de bibliotecas públicas do SNBP e do Projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil.

A partir dos resultados obtidos é possível afirmar que não há políticas públicas de cultura voltadas para a valorização da cultura quilombola em bibliotecas públicas no país. O projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil seguiu o modelo incremental na sua formulação e execução, no entanto, apesar de ter sido idealizado como um projeto interministerial e piloto, se caracterizou como uma ação isolada visto que não teve continuidade e seus resultados não foram incorporados às diretrizes estabelecidas pelo SNBP. Todo o material de multimídia do referido projeto foi coletado pelo IPR e estão disponíveis no site do projeto www.ancestralidadeafricana.org.br. As vozes dadas aos relatos colhidos foram das principais lideranças, e a partir deste ponto foi possível mensurar que o

mesmo foi um incentivo à preservação da memória africana e contribuiu para disseminar informações étnico raciais no âmbito das bibliotecas públicas. No entanto, esperava-se que a partir dos resultados as bibliotecas públicas teriam uma metodologia testada e material disponível para implementar ações de valorização da cultura quilombola e de terreiros em suas unidades, o que não ocorreu tendo em vista a descontinuidade do projeto, ou seja, o projeto não atingiu os objetivos idealizados inicialmente pelo SNBP. Ficou evidente que trata-se de um projeto piloto, isolado que apesar do valor cultural e das contribuições, não conseguiu se firmar como uma ação contínua, se estabelecer e ser institucionalizado como política pública efetiva.

Os resultados das análises realizadas a partir das diretrizes para acervos do SNBP para as bibliotecas públicas, por sua vez, apontaram que há uma preocupação e estímulo às bibliotecas considerarem a produção local, o registro da memória e a diversidade na constituição de seus acervos.

A partir desses resultados foi criado um documento, produto deste mestrado profissional, intitulado Diretrizes para Valorização da Cultura Quilombola em Bibliotecas Públicas no Brasil, o qual será encaminhado ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) como uma proposta de contribuição no processo de construção de políticas públicas voltadas para a esse tipo de equipamento cultural.

Desse modo, esperamos que esta pesquisa contribua para a valorização da cultura de grupos de minorias, especificamente os quilombolas, somando forças positivas na luta contra o racismo e a discriminação étnico-racial no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Mauricio. Políticas Públicas para quilombos: terra, saúde e educação. In: __ PAULA, Marilene; HERINGER, Rosana. **Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. [S.l.: s.n., 2000?].

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, c1977.

BRASIL. Decreto-lei nº 6.261, de 20 de novembro de 2007. Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 nov. 2007. Disponível em: < <http://www.in.gov.br>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

BRASIL. Lei nº de 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <<http://www.in.gov.br>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Fapesp. 1997.

FERREIRA, G. S. **A biblioteca pública e a promoção da cultura e identidade de remanescentes quilombolas**: o projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós Graduação em Biblioteconomia (PPGB), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Apresentação**. 2015. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=95 . Acesso em: 15 dez. 2015.

IFLA; UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**.1994. Disponível em:<<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>> Acesso em: 20 de jun. 2015.

LIMA, Luciana Piazzon Barbosa; ORTELLADO, Pablo; SOUZA, Valmir. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do estado no campo da cultura. In: SEMINARIO INTERNACIONAL – POLÍTICAS CULTURAIS, 4, 2013, Rio de Janeiro.

Anais....Disponível em:

<<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Luciana-Piazzon-Barbosa-Lima-et-alii.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Proj. História**. São Paulo: PUC, n. 10, p.07-28, dez. 1993.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, caos prático**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVA, Cidinha da (Org.). **Africanidades e relações raciais: insumos para políticas públicas na área do livro, leitura e bibliotecas no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014.

SILVEIRA, José Nascimento da; REIS, Alcenir Soares dos. Biblioteca pública como lugar de práticas culturais: uma discussão sócio-histórica. **Inf. & Soc.** , Est., João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 37-54, jan./abr. 2011.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS – SNPB. **Histórico**. Disponível em: <http://snbp.culturadigital.br/historico/>. Acesso: 10 dez. 2015.